



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

LEI MUNICIPAL N° 3.511/2024.

DE 30 DE ABRIL DE 2024.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO REGISTRO DE MARCAS E SINAIS, NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE, PARA MARCAÇÃO DE REBANHOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIANO RAVANELLO – PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE, Estado do Rio Grande do Sul,

FAZ SABER, em cumprimento ao disposto no Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e que sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituída a política municipal de marcas e sinais no município de Arroio do Tigre, que contemplará as espécies: bovino, equino, muar, caprino, ovino, em conformidade com a Lei Federal n° 4.714, de 29 de junho de 1965, combinadas com a Lei Federal n° 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre o conceito e aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes, bem como Decreto Federal n° 7.623, de 22 de novembro de 2011 que regulamenta a Lei Federal n° 12.097/2009.

Parágrafo Único. A Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente será responsável pelo registro, guarda e controle de todos os registros de marcas de animais no Município, a partir da promulgação desta lei.

- Art. 2º O registro de marcas e sinais tem como objetivo específico identificar e assegurar o direito de propriedade do rebanho, desde que devidamente lançadas em registro próprio junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
 - § 1º O registro da marca ou sinal é facultativo e gratuito ao proprietário do rebanho.
 - § 2º O registro da marca ou sinal deverá ser anterior a marcação dos animais.
- § 3º Havendo litígio sobre as semelhanças ou coincidências de marcas, prevalece aquela que estiver registrada anteriormente.
- **Art. 3º** O registro da marca ou sinal junto ao órgão municipal competente não dispensa as demais inscrições ou registros, quando isto for exigido por outros órgãos com relação à propriedade dos animais.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

- **Art. 4º** As marcas serão registradas em sistema próprio, preferentemente em forma digital, mediante requerimento junto à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, devendo constar, além do desenho ou fotografia o nome do produtor, endereço, endereço da localização onde estão lotados os animais, telefone, Inscrição Estadual, CPF, Identidade civil.
- § 1º Os registros serão inseridos num cadastro municipal único de marcas e sinais, que poderá ser disponibilizado para órgãos de segurança, de controle sanitário e outros que a administração municipal entender necessário ou conveniente.
- § 2º O produtor rural, no momento do cadastro, deverá entregar uma foto ou desenho da marca, junto ao setor responsável, para criação de um cadastro digital;
- § 3º Não serão aceitas marcas cujo tamanho não possa caber em um círculo de onze centímetros (11 cm) de acordo com a Lei Federal nº 4.714 de 29 de junho de 1965. §
 - § 4º Somente será permitido 1 (um) registro de marca por proprietário, no município.
- Art. 5º Após conferência da documentação pelo órgão Municipal e não havendo registro anterior da marca, bem como cumpridos os demais requisitos, será emitida autorização para a marca, assinada pelo servidor responsável.
- Art. 6º O proprietário que cessar sua atividade como produtor rural deverá promover o cancelamento de sua marca.
- Art. 7º Em caso de falecimento do proprietário do registro de marca, os herdeiros de sucessores legais deverão, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da data do obito, informar à Secretaria da Agricultura para qual dos herdeiros ou sucessores será transferida a marca, mediante o cumprimento dos demais requisitos constantes nesta lei.

Parágrafo único. Não sendo regularizada a situação no prazo acima estabelecido, o registro da marca será automaticamente cancelado após este prazo.

- **Art. 8º** O registro da marca terá validade por prazo indeterminado, podendo a Secretaria da Agricultura solicitar a apresentação de novos documentos para manter a atualização dos registros.
- **Art. 9°** Os dados constantes no cadastro municipal único de marca e sinais, poderão ser compartilhados com a Inspetoria Veterinária do município.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

§ 1º Os demais órgãos interessados em obter acesso ao cadastro deverão solicitar mediante ofício ao titular da Secretaria da Agricultura.

§ 2º A Secretaria da Agricultura poderá fazer, periodicamente, o cruzamento de informações com os Municípios limítrofes, para evitar registros iguais com marcas já registradas, em razão da proximidade dos municípios e por haver produtores com área de terra em ambos os municípios.

Art. 10 Os dados dos produtores rurais que integrarem o cadastro municipal único de marcas e sinais deverão estar protegidos, assegurada à privacidade, em conformidade com a Lei n° 13.709 de 14 de agosto de 2018.

dotações orçamentárias próprias.

de 2024.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 30.04.2024.



ALTEMAR RECH

Secretário da Administração,

Planejamento, Industria, Comércio e Turismo.